

CONSELHO MUNICIPAL DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA DE SANTOS

LEI REGULAMENTADORA Nº 3.188 DE 21/09/2015

ATA DO CONSELHO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA DE SANTOS

Aos 24 de novembro de 2016, os membros do Conselho de Emprego, Trabalho e Renda de Santos, identificados na lista de presença anexa, se reuniram às 9h30 horas no Sindicato dos Servidores Estatutários Municipais de Santos-SINDEST, na Rua Monsenhor de Paula Rodrigues, nº 73 – Vila Mathias, Santos/SP. A reunião passa a ser secretariada pela Sra. Eugenia Salgado Granja. O 1º Vice-Presidente do Conselho, Rubens José Reis Moscatelli, na impossibilidade do Presidente Adilson Carvalho de Lima, deu início aos trabalhos agradecendo ao SINDEST por sediar a assembleia e solicitou aos presentes que se apresentassem, o que foi feito conforme consta da lista de presença da reunião. O Vice-Presidente deu a palavra ao Sr. Luciano Marques, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência-Condefi, que relatou ter entrado em contato com o Conselheiro Valter, solicitando a possibilidade de participar de Reunião do Conselho de Emprego, Trabalho e Renda para tratar do tema empregabilidade da pessoa com deficiência. Comentou que foi informado que nesta reunião já estava prevista outra pauta, mas que a reunião era aberta e poderiam participar sempre que quisessem e por esse motivo estava presente. Informou que no dia 22/11 aconteceu o 2º Seminário sobre Empregabilidade da Pessoa com Deficiência, lamentando que a presença foi abaixo do esperado, o que confirmou a necessidade de que o assunto seja mais discutido em várias instâncias. O Sr. Rubens colocou o Conselho de Emprego à disposição para que o assunto seja pauta de uma próxima reunião, o que foi aceito pelo Sr. Luciano. A Sra. Rosana reforçou ser realmente necessário discutir a empregabilidade da pessoa com deficiência, já que as empresas, preocupadas com o preenchimento das cotas, acabam selecionando as pessoas pelo tipo de deficiência e não por suas qualificações profissionais. O Sr. Luciano disse que as empresas alegam que as pessoas com deficiência não estão aptas a trabalhar. Segundo ele, na verdade, as empresas é que não estão preparadas para receber essas pessoas. A empresa pede uma pessoa “cega, surda, cadeirante”, por exemplo, quando o correto é dizer qual o perfil necessário para o cargo e a partir dessa necessidade se identifica a pessoa com deficiência que pode atender. Para isso, porém, a empresa precisa estar preparada para receber pessoas com diversos tipos de deficiência. O Sr. Luciano aproveitou a presença dos representantes dos sindicatos patronais e destacou a existência do Programa Santos Acessível, que reconhece por meio de selos os empreendimentos que são adaptados para receber pessoas com deficiência. É possível receber quatro selos (deficiência motora total ou parcial, deficiência mental ou intelectual, deficiência auditiva total ou parcial e deficiência visual total ou parcial). O estabelecimento que conseguir esses quatro selos, receberá o quinto selo, que indica que o local é totalmente acessível à pessoa com deficiência, seguindo normas internacionais. O objetivo do programa é o estímulo os empresários para tornarem os seus empreendimentos acessíveis e enaltecer aqueles que já o fizeram. O Sr. Rubens agradeceu a presença do Presidente do Condefi e ficou definido que o assunto empregabilidade da pessoa com deficiência será pauta de uma das próximas reuniões. Dando continuidade, o Sr. Rubens deu início ao primeiro item da pauta convidando o Sr. Ed Carlos Pereira do Nascimento do Departamento de Articulação-DEARTI /SECID da Prefeitura Municipal de Santos para fazer uma apresentação sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS. O Sr. Ed Carlos deu início fazendo referência aos Objetivos do Milênio-ODM, lançados pela ONU em 2000 com 8 grande objetivos para estimular o desenvolvimento de ações globais para um período de 15 anos. Ressaltou que na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 realizada de 13 a 22 de junho de 2012, foi iniciada a discussão de ações para dar continuidade aos Objetivos do Milênio em função de sua importância para uma visão integrada do mundo. Após mais de três anos de discussão, os líderes de governo e de estado aprovaram, por consenso, o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, na Cúpula das Nações Unidas sobre o



Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nova York de 25 a 27 de setembro 2015. Dessa forma, no encerramento do ODM, foi feito o lançamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS, para mais um período de 15 anos, até 2030. O ODS ampliou o foco de atuação e apresenta 17 objetivos com 169 metas associadas a eles. Na sequência citou os cinco "Ps" da Agenda 2030 da ONU – Pessoas, Planeta, Parcerias, Prosperidade, Paz e apresentou os 17 Objetivos, que seguem no quadro abaixo:

| OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL |
|---|
| 1. ERRADICAÇÃO DA POBREZA |
| 2. FOME ZERO |
| 3. BOA SAÚDE E BEM-ESTAR |
| 4. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE |
| 5. IGUALDADE DE GÊNERO |
| 6. ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO |
| 7. ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA |
| 8. EMPREGO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO |
| 9. INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA |
| 10. REDUÇÃO DAS DESIGULDADES |
| 11. CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS |
| 12. CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS |
| 13. COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS |
| 14. VIDA DEBAIXO D'ÁGUA |
| 15. VIDA SOBRE A TERRA |
| 16. PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES FORTES |
| 17. PARCERIAS EM PROL DAS METAS |

O Sr. Ed Carlos apresentou alguns exemplos das metas associadas aos objetivos, dando destaque para aquelas que tem relação com os assuntos do Conselho Municipal de Emprego, Trabalho e Renda. Os exemplos constam da apresentação completa que segue anexada a esta ata. Dando continuidade, comentou que já foi criada pelo governo Federal, por meio do Decreto Nº - 8.892, de 27 de Outubro de 2016 a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o próximo passo será a constituição de um Comitê Municipal para Políticas de Referência e Otimização de Desenvolvimento Sustentável – Comitê Pro-ODS, que envolverá Secretarias Municipais, Conselhos Municipais, Universidades, Núcleos de Estudos Socioeconômicos, entre outros. O trabalho previsto é a municipalização dos Objetivos e Metas propostos e para tanto é importante envolver os segmentos do governo e da sociedade civil que tenham relação direta com os respectivos temas para que sejam propostas ações que deem respostas às necessidades identificadas e que efetivamente atendam os desafios propostos pelo ODS. O Sr. Ed Carlos ressaltou que já foi aberto o processo e o ODS já foi oficializado. A Sra. Rosana perguntou se o ODS está acontecendo em todos os municípios. O Sr. Ed Carlos informou que o Brasil é signatário junto à ONU em relação ao ODS. Já foi signatário também para o ODM e Santos foi pioneira ao tratar desse tema. Foi o único município a entregar o Relatório Final do ODM e como já viveu essa experiência está mais preparada para tratar do ODS. A ideia é que o mesmo grupo já constituído para o ODM dê os primeiros passos na estruturação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS. A Sra. Rosana perguntou qual o prazo para que as ações aconteçam e se elas serão monitoradas. O Sr. Ed Carlos comentou como exemplo a seguir o trabalho realizado para que Santos conseguisse novamente o selo "Prefeito amigo da Criança" da Fundação Abrinq. Foi montando um Plano Decenal e estabelecidas metas e indicadores para acompanhamento do Plano. Foi associado a um orçamento e às ações das Secretarias envolvidas. Essa metodologia que foi utilizada com as ações para crianças e

adolescentes pode ser replicada para outros itens. O Sr. Luciano comentou que haverá necessidade de aprofundar mais a questão dos direitos humanos e fortalecer o trabalho de rede entre todos os atendimentos municipais. Reforçou que o ODS tem a chance de ser um instrumento excelente para isso e precisa ser visto como um plano que transcende as mudanças governamentais. As suas metas devem continuar sendo cumpridas independente das mudanças geradas pelas eleições municipais. O Sr. Ed Carlos comentou que a ideia é exatamente essa. Porém, para que isso ocorra é preciso ter um empoderamento da sociedade. E esse empoderamento só é possível se houver informação. É preciso ter um sistema de informação que funcione. O ODM por exemplo, não teve representação de todos os Conselhos. Para o ODS a ideia é ir aos Conselhos apresentar o ODS, para depois convidá-los a participar no momento da municipalização dos indicadores. Dessa forma quando chegar o ofício solicitando indicação das pessoas do Conselho para participar da Comitê Pro-ODS, elas já tenham essa visão do que terão que fazer. Todo o esforço é para pensarmos qual a cidade que nós queremos daqui a 15 anos. A Sra. Rosana concordou, destacando que pela participação dos Conselhos se legitima a forma e o processo fica mais difícil de ser interrompido numa mudança de governo. Considerou muito boa a linha de atuação. O Sr. Luciano compartilhou a experiência do Condefi na definição de metas. O Conselho faz conferências a cada dois anos, nas quais surgiam muitas ideias, chegando a cerca de 500. Depois de algumas experiências perceberam que a estratégia não estava correta. Ficavam com muitos projetos e as propostas se repetiam quando havia uma nova Conferência já que os projetos não eram realizados. O Conselho decidiu mudar essa sistemática. Primeiro solicitando que na Conferência fossem identificados os 10 projetos mais interessantes de cada tema. Depois foi solicitado que escolhessem apenas duas propostas por tema. O Sr. Luciano quis ressaltar que saíram do macro, com muitas ações propostas porém com dificuldade de identificar o que precisaria de fato ser feito, para o micro, com 14 ações escolhidas na Conferência para 7 temas propostos. Dessa forma é possível dar retorno sobre o andamento dessas ações nas novas Conferências. Quando forem concretizadas serão definidas outras e assim sucessivamente. O Sr. Ed Carlos concordou com essa visão sobre a importância de mapear e dar retorno e aproveitou para falar do Portal dos Conselhos, link na página da Prefeitura Municipal de Santos, que tem toda a informação sobre conselhos e comissões do município. Informou que não é responsabilidade do DEARTI cobrar os conselhos para que abasteçam com informações esse link, o departamento não tem a prerrogativa de interferir nos conselhos. Porém, é importante que o Portal esteja atualizado para que a sociedade civil possa acompanhar a evolução dos temas tratados nessas instâncias. Ressaltou que o Conselho Municipal de Emprego, Trabalho e Renda é um dos que tem mais informações atualizadas no Portal, enviando mensalmente documentação sobre tudo que acontece nas reuniões. O Sr. Luciano comentou que buscaria informações com o Coemprego para sistematizar também as informações do Condefi no Portal. O Sr. Ed Carlos finalizou, comentando que na próxima reunião do Comitê Pró-ODM serão dados os primeiros passos para o Comitê Pró-ODS. No dia 10/12 se comemora o Dia dos Direitos Humanos e no dia 12/12 acontece a reunião para começar a trabalhar com o ODS. O Sr. Luciano comentou que convidaria o Sr. Ed Carlos para fazer uma apresentação ao CONDEFI sobre esse tema. A Sra. Niejda perguntou o que se espera objetivamente das Secretarias e Conselhos em relação ao ODS. Será necessário ter um indicador específico para cada meta ou podemos ter alguns indicadores. No caso do indicador do emprego, por exemplo, algumas metas tratam de temas que não são de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação ou do Conselho do Emprego e sobre as quais não teremos poder de ação, pois são específicas de outras secretarias e outros Conselhos. Ou seja, em algumas metas, a SEDES e o Coemprego poderão ser apoiadores ou incentivadores e não os responsáveis pelos indicadores. O Sr. Ed Carlos comentou que o objetivo é que haja diálogo entre todos os agentes e por meio desse diálogo se estabeleçam os indicadores e os responsáveis por eles. E de fato, pode ser definido que existirão apenas alguns indicadores e não um específico para cada meta. O Sr. Martins elogiou o ODS destacando que dessa forma deixa de ser um Programa de Governo e passa a ser um Programa de Estado. Será estabelecida uma Política Pública que terá que ser seguida, independente de quem seja governo. O Sr. Ed Carlos confirmou que esse é o objetivo. Da mesma forma que ocorrerá com o Plano Decenal da Criança e do Adolescente que vai até 2024, quando já haverá mudado o gestor do município e este precisará continuar seguindo o Plano Decenal. O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Emprego, Trabalho e Renda de Santos, agradeceu muito a presença do Sr. Ed Carlos e as informações que trouxe para os conselheiros. Dando sequência à

pauta, o Sr. Rubens convidou a Sra. Rosana Lara Spinucci para apresentar os Relatórios Mensais do Centro Público de Emprego e Trabalho, relativos ao fechamento do mês de Outubro 2016. Conforme solicitado pelo Presidente do Conselho na última reunião, foram apresentados os dados de outubro em comparação aos do mês de setembro/2016:

| SERVIÇOS | META DO MTE (ANO) | META DO MTE (Projeção mensal) | RESULTADO SETEMBRO/2016 | RESULTADO OUTUBRO/2016 |
|-------------------------|----------------------------|-------------------------------|--|--|
| Trabalhadores Inscritos | 19.707 | 1.642 | 211 | 205 |
| Vagas captadas | 9.852 | 821 | 315 | 398 |
| Vagas de reposição | | | 301 | 338 |
| Vagas novas | | | 14 | 60 |
| Colocações | 3.285 | 274 | 31 | 37 |
| Candidatos encaminhados | 19.707 | 1.642 | 422 | 396 |
| Seguro-desemprego | 4.736 | 395 | 51 | 105 |
| Emissão de CTPS | Não há (serviço adicional) | | 70 | 82 |
| Atendimentos | | | 5.370 | 5473 |
| CARGOS TOP 10 | | | 1. Atendente de Loja e Mercado (10) 2. Operador de Carga e Descarga (5) 3. Auxiliar de Limpeza (3 sendo 1 PCD) 4. Ajudante de Carga e Descarga de Mercadorias (1) 5. Assistente Administrativo (1) 6. Recepcionista Atendente (1) 7. Funileiro de Automóveis (1) | 1. Auxiliar de Limpeza (22) 2. Atendente de Lojas e Mercados(7) 3. Auxiliar de Funerária(4) 4. Ajudante de Lavador de Automóveis (2) 5. Eletricista (1) 6. Operador de Carga e Descarga (1) |

A Sra. Rosana informou os atendimentos realizados pelos postos itinerantes do CPET:

| CEPT ITINERANTE | SETEMBRO | OUTUBRO |
|-----------------|----------|---------|
| Zona Noroeste | 50 | 188 |
| Morros | 75 | 96 |
| Caruara | 28 | 3 |

A Sra. Rosana destacou uma maior dificuldade para colocar as pessoas. Como a disponibilidade de mão de obra aumentou com o desemprego, as empresas também aumentam o grau de exigência. Assim, para uma mesma vaga eles solicitam mais candidatos. Também informou que no mês de Outubro, continuaram em andamento duas turmas do "Times do Emprego" e a palestra "Orientação à Entrevista de Emprego" foi ministrada para 94 trabalhadores. Concluída a apresentação do CPET, o Vice-Presidente convidou a Sra. Eugenia Salgado Granja, Coordenadora de Requalificação Profissional para apresentar o Relatório de Qualificação Profissional. Com a palavra, a Sra. Eugenia apresentou as vagas ofertadas gratuitamente aos municípios no mês Outubro/2016:

| Outubro/2016 | |
|---|---|
| SEAS/CODESO – Vila Criativa Mercado Municipal | |
| Marcenaria | 8 |

| | |
|---|------------|
| Artesanato Criativo | 8 |
| Sub-Total | 16 |
| SEAS/CODESO – Salão Autoestima | |
| Manicure | 30 |
| Subtotal | 30 |
| FUNDO SOCIAL SOLIDARIEDADE - Conselheiro Nébias | |
| Artesanato | 40 |
| Padaria Artesanal | 60 |
| Subtotal | 100 |
| Fundo Social de Solidariedade – Vila Criativa ZN | |
| Artesanato – Boneca de Pano | 10 |
| Subtotal | 10 |
| TOTAL | 156 |

Concluída a apresentação o Sr. Rubens passou ao último item da pauta, os Assuntos Gerais. A Sra. Eugenia informou sobre solicitação recebida da Comissão Estadual de Emprego-CEE para que seja enviado até 30 de novembro de 2016, o Plano de Trabalho do município com as demandas de formação para que sejam encaminhadas à área técnica de qualificação profissional da SERT que deverá processar estudos quanto a viabilidade de implantação e tão logo sejam concluídos, será dada ciência da posição quanto à realização dos cursos. Diante da solicitação, a Sra. Eugenia, a exemplo do que já havia sido feito no ano anterior, preparou uma proposta e a apresentou para análise e considerações dos conselheiros, conforme quadro a seguir:

| Curso | Vagas | Justificativa |
|---|-------|--|
| Soldador - Processo Eletrodo Revestido Aço Carbono e Aço Baixa Liga | 24 | <ul style="list-style-type: none"> Mão de obra qualificada sempre demandada pelo mercado por ser de formação muito específica. O custo dos cursos de qualificação disponíveis na região dificulta o acesso de maior número de interessados. |
| Soldador no Processo TIG em Aço | 24 | |
| Caldeireiro | 32 | <ul style="list-style-type: none"> Acompanhando a preparação de soldadores, é fundamental a formação em caldeiraria. |
| Instalador de Refrigeração e Climatização Doméstica | 32 | <ul style="list-style-type: none"> Demanda alta por esse tipo de serviço na região da Baixada Santista. Qualificação profissional que possibilita ao concluinte a atuação como empregado em empresas de assistência técnica ou a inserção no mercado de trabalho como microempreendedor. |
| Instalador e Reparador de Redes de Computadores | 16 | <ul style="list-style-type: none"> Ocupações com geração de emprego positiva nos relatórios CAGED 2016. |
| Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica | 16 | |
| Auxiliar nos Serviços de Alimentação | 16 | |
| Garçom | 16 | |

| | | |
|-----------------------|------------|--|
| Inspetor de Qualidade | 16 | |
| Técnico de Enfermagem | 16 | |
| TOTAL | 208 | |

A Sra. Rosana sugeriu a exclusão do Técnico de Enfermagem, pois certamente não está caracterizado para esse tipo de demanda em função das exigências burocráticas desse tipo de curso técnico e do tempo de duração. Sugeriu acrescentar o curso de Vigilante, com 24 vagas, para o qual há demanda constante uma vez que além dos novos profissionais, aqueles que já são vigilantes precisam fazer renovação periódica, por exigência da Polícia Federal. É um curso caro e que tem demanda na região. **Os conselheiros concordaram com as sugestões (exclusão de Técnico de Enfermagem e inclusão do Vigilante) e aprovaram por unanimidade o envio da demanda para a Comissão Estadual de Emprego-CEE.** Não havendo mais nenhum assunto geral, o Vice-Presidente do Conselho encerrou agradecendo mais uma vez ao SINDEST por ceder o espaço para a reunião e informando que a próxima será realizada em 15 de dezembro no CIESP Santos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião, determinando a lavratura da ata por mim, Eugenia Salgado Granja, e que segue assinada pelo Vice-Presidente do Conselho de Emprego, Trabalho e Renda de Santos, Rubens José Reis Moscatelli, em 24 de Novembro de 2016.



RUBENS JOSÉ REIS MOSCATELLI
VICE-PRESIDENTE



EUGENIA SALGADO GRANJA
SECRETARIA EXECUTIVA